

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL AMBIENTAL NA EMPRESA

* Denis Donaire

A observação de casos reais fornece informações úteis para empresas interessadas em equacionar seus problemas ambientais.

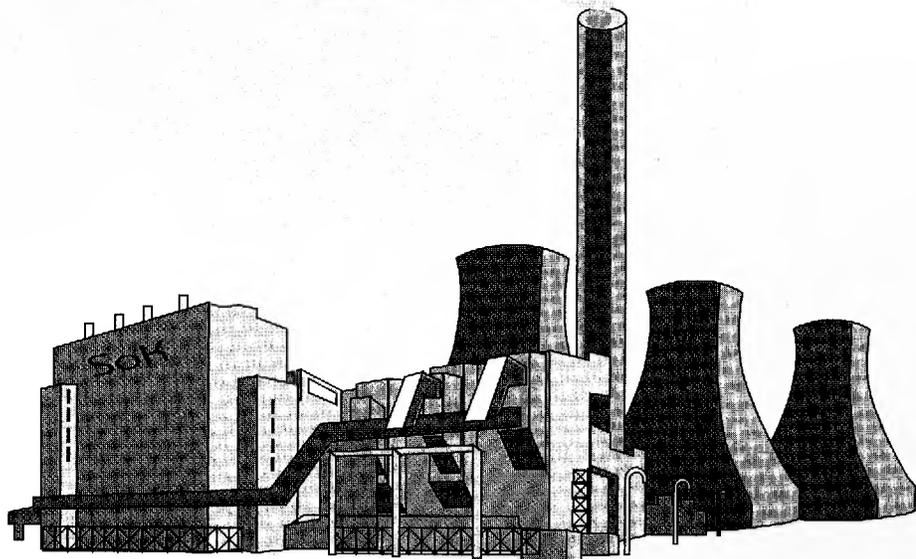
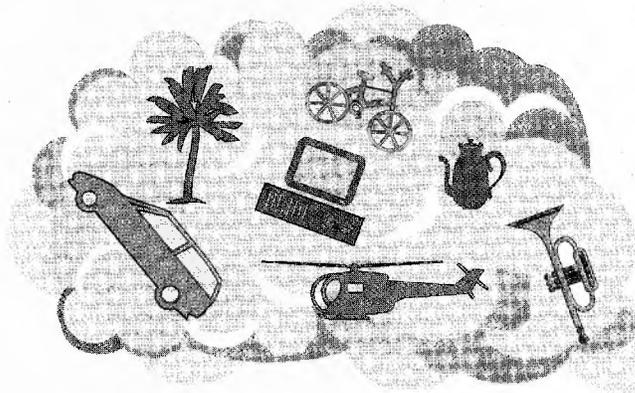
The observation of real cases brings useful information to the companies interested in evaluating their environmental problems.

PALAVRAS-CHAVE:

Variável ambiental, variável ecológica, atividade/função ambiental, atividade/função ecológica, integração empresa-meio ambiente, gestão ambiental na empresa.

KEY WORDS:

Environment, ecology, environmental activity/function, ecological activity/function, organization-environmental integration, environmental management in organization.



* Professor da FEA - USP.

O ambiente atual em que as empresas operam tem presenciado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados como resultado de alterações nos valores e ideologias de nossa sociedade. Assim, a atividade das organizações modernas, além das considerações econômico-produtivas, incluem preocupações de caráter político-social, que envolvem assistência médica e social, defesa de grupos minoritários, controle da poluição, proteção ao consumidor etc.

Essa mudança se consubstancia no fato de que, como enfatiza Ashen¹, apesar do visível sucesso obtido pelo sistema capitalista, em conseqüência de uma eficiente combinação de ciência e tecnologia e de uma eficaz administração dos recursos, quando confrontamos seus resultados econômicos e monetários com outros resultados sociais, tais como redução da pobreza, degradação de áreas urbanas, controle da poluição, diminuição das inequidades sociais, entre outros, verifica-se que ainda há muito a ser conseguido. Dessa forma, a sociedade tem exigido, por parte das organizações, um posicionamento mais adequado e responsável, no sentido de minimizar a diferença verificada entre os resultados econômicos e sociais.

Entre as diversas reivindicações exigidas pela sociedade, que afetam o mundo dos negócios, a preocupação ecológica tem ganho um destaque significativo em face de sua relevância para a qualidade de vida das populações, o que tem exigido das empresas, um novo posicionamento em sua interação com o meio ambiente.

Segundo Roxo², a Carta de Princípios sobre Desenvolvimento Sustentável, elaborada pela Câmara de Comércio Internacional e lançada no dia 10/04/1991, representa um grande avanço no gerenciamento ambiental na indústria desde os primórdios da industrialização.

As primeiras indústrias surgiram em uma época em que os problemas ambientais eram de pequena expressão, em virtude das reduzidas escalas de produção e das populações comparativamente menores e pouco concentradas. As exigências ambientais eram poucas e a fumaça das chaminés era um símbolo de progresso, apregoada orgulhosamente na propaganda de diversas indústrias.

O agravamento dos problemas ambientais veio alterar profundamente este quadro, gerando um nível crescente de exigências. A nova consciência ambiental, surgida no bojo das transformações culturais que ocorreram nas décadas de 60 e 70, ganhou dimensão e situou a proteção do meio ambiente como um dos princípios mais fundamentais do homem moderno. Na nova cultura, a fumaça passou a ser vista como anomalia e não mais como uma vantagem.

Dessa forma, as empresas passaram a se preocupar com a questão ambiental e procuraram desenvolver atividades no sentido de atender a essa nova crescente demanda de seu ambiente externo.

Em função disto, verifica-se que as respostas da indústria ao novo desafio ocorrem em três fases, muitas vezes superpostas, dependendo do grau de conscientização da questão ambiental dentro da empresa: controle ambiental nas saídas, integração do controle ambiental nas práticas e processos industriais, e integração do controle ambiental na gestão administrativa. Algumas organizações se perfilam na primeira fase, enquanto a maioria se encontra na segunda fase e apenas uma minoria, na já amadurecida terceira fase.

A primeira fase constitui-se na instalação de equipamentos de controle da poluição nas saídas, como chaminés e redes de esgotos, mantendo a estrutura produtiva existente. A despeito de seu alto custo e da elevada eficiência dos equipamentos instalados, esta solução nem sempre se mostra eficaz, tendo os seus benefícios sido freqüentemente questionados pelo público e pela própria indústria.

Essa insatisfação conduziu a uma segunda geração de respostas, em que o controle ambiental é integrado nas práticas e processos produtivos, deixando de ser uma atividade de controle da poluição e passando a ser uma função da produção. O princípio básico passa a ser o da preven-

A nova consciência ambiental, surgida no bojo das transformações culturais que ocorreram nas décadas de 60 e 70, ganhou dimensão e situou a proteção do meio ambiente como um dos princípios mais fundamentais do homem moderno.

1. ASHEN, Melvin. Changing the social contract: a role for business. *Journal of World Business*. Columbia, v.5., p. 6-10, nov./dez. 1970.

2. ROXO, Carlos Alberto. O conceito moderno de gerenciamento ambiental na indústria. *Gazeta Mercantil*, S. Paulo, 14 maio 1991, p.5.

ção da poluição, envolvendo a seleção das matérias-primas, o desenvolvimento de novos processos e produtos, o reaproveitamento da energia, a reciclagem de resíduos e a integração com o meio ambiente.

Mas as preocupações com o meio ambiente não pararam de crescer e acabaram atingindo o próprio mercado, redesenhando-o com o estabelecimento de um verdadeiro mercado verde, que torna os consumidores tão temíveis quanto os órgãos de meio ambiente. Surgido inicialmente nos países desenvolvidos, este mercado tem origem em consumidores já satisfeitos em suas necessidades quantitativas, e que

passam a preocupar-se com o conteúdo dos produtos e a forma como são feitos, rejeitando os que lhes pareçam mais agressivos ao meio ambiente – nem sempre com fundamentação e muitas vezes na esteira de campanhas idealizadas por empresas e setores concorrentes.

Com isso, a proteção ao meio ambiente deixa de ser uma exigência punida com multas e sanções e inscreve-se em um quadro de ameaças e oportunidades, em que as conseqüências passam a poder sig-

nificar posições na concorrência e a própria permanência ou saída do mercado.

Neste quadro, firma-se o conceito de excelência ambiental, que avalia a indústria não só por seu desempenho produtivo e econômico, mas também por sua *performance* em relação ao meio ambiente. Embora não suficiente, a excelência ambiental passa a ser considerada necessária para o sucesso da empresa: quando inatingida, capaz de ser ruínoza e irrecuperável; quando alcançada no momento adequado e bem explorada, passível de se converter em oportunidades de novos ganhos e crescimento. O mercado de capitais também captou prontamente esta tendência e passou a levar crescentemente em consideração o aspecto ambiental em suas decisões de investimento.

Esta evolução levou algumas organizações a integrar o controle ambiental em

sua gestão administrativa, projetando-o nas mais altas esferas de decisão. Atender ao presente e gerar respostas setoriais e estanques passou a não ser suficiente; olhar o futuro, horizontalizar a análise e planejar corporativamente passou a ser o caminho natural.

A proteção ambiental deslocou-se uma vez mais, deixando de ser uma função exclusiva de produção para tornar-se também uma função da administração. Contemplada na estrutura organizacional, interferindo no planejamento estratégico, passou a ser uma atividade importante na organização da empresa, seja no desenvolvimento das atividades de rotina, seja na discussão dos cenários alternativos e a conseqüente análise de sua evolução, gerando políticas, metas e planos de ação. Essa atividade dentro da organização passou a ocupar o interesse dos presidentes e diretores e a exigir uma nova função administrativa na estrutura administrativa, que pudesse abrigar um corpo técnico específico e um sistema gerencial especializado, com a finalidade de propiciar à empresa uma integração articulada e bem conduzida de todos os seus setores e a realização de um trabalho de comunicação social moderno e consciente. Assim, a preocupação com o meio ambiente torna-se, enfim, um valor da empresa, explicitado publicamente como um dos objetivos principais a ser perseguido pelas organizações.

PROBLEMA DE PESQUISA E METODOLOGIA

Verifica-se, então, que algumas organizações, em função da crescente preocupação em relação à variável ambiental por parte da sociedade, têm procurado dar respostas a esse anseio, seja através da simples vigilância das ameaças e das oportunidades existentes, seja através do gerenciamento dos efluentes industriais até a criação de atividades ou funções administrativas específicas em sua estrutura organizacional.

Assim sendo, este trabalho tem como propósito registrar e caracterizar algumas respostas que as empresas estão implementando em sua organização, para atender a essa nova e crescente demanda da sociedade.

Tendo em vista a especificidade do tema e levando-se em conta que ainda é



reduzido o número de empresas que, preocupadas com essa problemática, desenvolveram ações administrativas efetivas para a integração da empresa ao seu meio ambiente, o método escolhido foi o Estudo de Casos.

De acordo com Yin³, o estudo de casos é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e onde devem ser usadas várias fontes de evidência. Nesse sentido, justifica-se sua utilização quando as questões propostas são do tipo "como" e "por que" (questões explicativas), que estão sendo feitas sobre uma série de eventos atuais sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle e quando o grupo a ser pesquisado apresenta variáveis cuja variância é muito grande.

Dessa forma, entende-se que o Estudo de Casos é a maneira mais apropriada para delineamento e desenvolvimento desta pesquisa, não só por se enquadrar no contexto acima citado, pois procura caracterizar **por que** e **como** a variável ecológica está sendo introduzida como atividade administrativa na estrutura organizacional, mas também porque, além de apresentar um número reduzido de casos passíveis de observação prática, caracteriza-se por evidenciar diferenças significativas em relação ao arranjo que cada organização idealizou para lidar com a variável ambiental, no que tange ao seu tipo, qualidade, importância e abrangência.

Para atender ao objetivo do estudo, procurou-se pesquisar empresas pertencentes a ramos industriais diferenciados, de forma a conseguir uma maior abrangência que permitisse uma melhor compreensão e familiarização de como a variável ambiental está afetando tais organizações.

Dessa forma, foram pesquisadas as seguintes empresas:

EMPRESA	RAMO
Rhodia S/A	Químico, fibras, farmácia-veterinária e agro-química
Arafétil S/A	Minação e fertilizantes
Ripasa S/A	Papel e celulose
General Motors Ltda.	Automobilístico
ABC* <small>* Nome Fictício</small>	Petroquímico
Nestlé Industrial e Comercial Ltda.	Produtos alimentícios

ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

Diferentes ramos, diferentes realidades, distintas soluções

A abrangência dos ramos industriais do presente trabalho propiciou uma visão clara de que, dependendo do tipo de atividade a que a empresa se dedica, haverá um maior ou menor envolvimento com a variável ecológica e portanto isso se traduzirá em arranjos organizacionais diferenciados para lidar com essa temática, seja a nível das atividades/responsabilidades relativas a sua área de atuação, seja no exercício de sua autoridade e mesmo no entrosamento e na comunicação desta atividade/função com as demais funções organizacionais.

Assim, no quadro 1, nos casos estudados, pode-se identificar os seguintes níveis de envolvimento em relação à variável ecológica.

Além da atividade a que a empresa se dedica, é extremamente importante para a definição da localização da variável ambiental na estrutura, o conhecimento de como essa problemática está sendo trabalhada pela Alta Administração da empresa, qual sua influência na concepção da política organizacional e como ela interfere no estabelecimento do planejamento estratégico. A forma com que cada uma das empresas lida com essas temáticas se reflete em diferentes realidades, que conduzem a distintas repercussões a nível interno e a vários arranjos organizacionais para o equacionamento dos problemas relativos à variável ecológica.

O modelo descrito por Ackerman e Bauer⁴, citado a seguir, que indica as fases do envolvimento organizacional no processo de conscientização social das organizações, apresenta grande similaridade com o que foi observado na prática, em relação à variável ambiental.

3. YIN, Robert K. Case Study research: design and methods. In: *Applied Social Research Method Series*. Califórnia: SAGE Publications, 1989, v.5; _____. *The case study as a serious research strategy. Knowledge: creation, diffusion, utilization*, v.3, p.97-114, sep. 1981.

4. ACKERMAN, Robert, BAUER, R. *Corporate social responsiveness: The modern dilemma*. Reston, 1976, p.128.

QUADRO 1: Níveis de Envolvimento em Relação à Variável Ecológica

EMPRESA	1. FORTE ENVOLVIMENTO (ligação direta com a atividade produtiva)		2. REGULAR ENVOLVIMENTO (ligação indireta com a atividade produtiva)	3. FRACO ENVOLVIMENTO (ligação indireta e mais distante da atividade produtiva)		
	ARAFÉRTIL	RIPASA	RHODIA	GM	ABC	NESTLÉ
Ramo	Mineração	Papel e Celulose	Químico	Automobilístico	Petroquímico	Alimentação
Atividade (tipo)	Fim (linha)	Fim (linha)	Apoio (Assessoria)	Linha/Assessoria	Apoio (Assessoria)	Linha e Assessoria
Atuação	Centralizada	Centralizada	Descentralizada	Centralizada	Descentralizada	Descentralizada
Nome da Atividade	Gerente de Meio Ambiente	Divisão de de Meio Ambiente	Assessoria de Segurança de Processos e Meio Ambiente	Engenharia Ambiental e Mecânica Industrial	Assessoria de Segurança e Meio Ambiente	Área de Meio Ambiente e Tratamento de Água e Vasos sob Pressão
Específica	Sim	Sim	Não (mista)	Não (mista)	Não (mista)	Não (mista)
Subordinação	Divisão Industrial	Diretoria Industrial	Gerência de Segurança e Meio Ambiente Divisão Científica e Tecnológica	Planejamento de Instalações Diretoria de Manufatura	Gerência Administrativa de Serviços Diretoria São Paulo	Departamento de Engenharia Industrial Diretoria Técnica

Assim, quando a empresa se encontra na fase da percepção, o que ocorre é que a cúpula administrativa entende que a variável ecológica é importante, que deve ser considerada na política organizacional, que há necessidade de assessoria especializada, porém essa conscientização não se dissemina para os níveis hierárquicos mais baixos da empresa, restringindo-se apenas à Alta Administração (ver quadro 2).

Por outro lado, na fase de compromisso, ocorre a contratação de assessoria específica para lidar com a variável ambiental.

Essa providência desencadeia um processo de disseminação do comprometimento organizacional, que começa a atingir os gerentes de linha com quem essa assessoria se relaciona, e prepara o terreno para se atingir a fase de ação, quando então a variável ecológica atinge um nível de maturação dentro da organização, que se caracteriza pela incorporação de sua avaliação nas atividades de linha da estrutura, notadamente na função produtiva e na administrativa, modificando processos, exigindo investimento de recursos e modifi-

cando a própria estrutura e cultura organizacional.

Como conseqüência, a autoridade e o poder que a atividade/função de meio ambiente deve desfrutar dentro da organização, que deveria ser exclusivamente o resultado de considerações técnicas referente aos seus problemas ambientais – quanto maiores as possibilidades de danos ambientais maior sua autoridade funcional – e do estágio de seu desenvolvimento administrativo – se na fase da percepção, do compromisso ou da ação – acaba tendo forte envolvimento filosófico e político que é proveniente de como esta atividade é concebida pela cúpula da empresa: se ela é considerada uma variável importante dentro da organização, então a atividade/função ecológica possui *status*, prestígio e autoridade; caso contrário, transforma-se em uma atividade meramente acessória, que existe apenas para configurar que a empresa tem algo ou alguém para lidar com essa atividade, mas que não se traduz em uma ação efetiva e muito menos em um compromisso organizacional.

Dessa forma, percebeu-se a existência de diferentes fases nas empresas pesquisadas que podem ser identificadas no quadro 3.

Origem e desenvolvimento

O estudo efetuado evidencia que a preocupação com a variável ambiental, por parte de nossas empresas, que tenha resultado em alterações em suas estruturas organizacionais, é relativamente recente, não atingindo, na sua maioria, 15 anos de existência. Assim, podemos dizer que a preocupação ecológica e sua interiorização organizacional é, sem dúvida, uma das características administrativas observadas nas décadas de 70 e 80.

Considerando os casos estudados verifica-se que, com exceção da Nestlé e da Rhodia, onde as atividades ligadas ao meio ambiente tiveram seu nascedouro em 1963 e 1973, respectivamente, por influência das iniciativas que se desenvolviam em suas matrizes, nas demais empresas elas se iniciaram e se desenvolveram a partir de 1976, quando foi sancionada a Lei Estadual do Meio Ambiente. Na General Mo-

tors, essa atividade foi uma consequência dessa legislação, enquanto que na Ripasa, Arafertil e ABC, elas foram iniciadas somente na década de 80, sendo a mais recente a da ABC, implantada em 1989.

Na Ripasa e na Arafertil, ela se iniciou em 1980 e 1987, respectivamente, por forte pressão da comunidade local. Por outro lado, na ABC, a mais recente, já se nota a influência da existência de um Programa Nacional de atuação, monitorado pela ABIQUIM, influenciando em seu surgimento.

É interessante assinalar que, no caso da área automobilística, a preocupação das empresas com relação ao meio ambiente ocorreu simultaneamente com a de sua Associação Nacional, a ANFAVEA – que criou o Grupo de Trabalho de Poluição por Fontes Fixas, tão logo notou que a criação da Lei Ambiental poderia provocar modificações no desenvolvimento do processo produtivo. Este Grupo de Trabalho, criado em 1976, tem desenvolvido atividades importantes em relação à variável ambiental junto às montadoras de veículos, desde a sua criação até o momento presente.

QUADRO 2: Fases do Envolvimento Organizacional no Processo de Conscientização Social das Organizações

NÍVEL ORGANIZACIONAL	FASE 1	FASE 2	FASE 3
CÚPULA	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece importância na política organizacional • Escreve e comunica essa importância aos grupos externos • Desenvolve projetos especiais internos 	<ul style="list-style-type: none"> • Obtém conhecimento • Contrata assessoria especializada 	<ul style="list-style-type: none"> • Obtém compromissos organizacionais • Modifica padrões de desempenho organizacional
ASSESSORIA ESPECIALIZADA		<ul style="list-style-type: none"> • Soluciona problemas técnicos • Desenvolve sistema de aprendizado nos níveis técnicos/administrativos • Desenvolve sistema de interpretação do ambiente externo • Representa a organização externamente 	<ul style="list-style-type: none"> • Provoca alterações nas unidades operacionais • Aplica os dados desenvolvidos na avaliação do desempenho organizacional
UNIDADE ADMINISTRATIVA			<ul style="list-style-type: none"> • Incorpora função na atividade linha da estrutura organizacional • Modifica os processos e investe recursos • Dissemina a responsabilidade por toda a organização (insere na Cultura)

FASE 1: Preocupação social existe, mas não está especificamente ligada com a organização (PERCEPÇÃO)
FASE 2: Fica clara a implicação da organização, mas a obrigatoriedade da ação é reduzida (COMPROMISSO)
FASE 3: Exige ações específicas da organização e torna-se possível a ocorrência de sanções (AÇÃO)

(Adaptado de ACKERMAN, R., BAUER, R. - *Corporate Social Responsiveness: The modern Dilema*. p. 128.)

QUADRO 3: Autoridade e Poder da Atividade/Função de Meio Ambiente na Organização

EMPRESA	POSSIBILIDADE DE RISCOS AMBIENTAIS	FASE	AUTORIDADE
ARAFÉRTIL	Forte	Ação	Forte
RIPASA	Forte	Ação	Forte
RHODIA	Forte	Compromisso	Regular
ABC	Forte	Percepção/Compromisso	Fraca
GM	Fraca	Percepção/Compromisso	Fraca
NESTLÉ	Fraca	Percepção/Compromisso	Fraca

O mesmo está ocorrendo atualmente em relação às empresas da área química e petroquímica, onde à sua Associação – a ABIQUIM – está reservado um papel fundamental na implantação do Programa de Atuação Responsável (*Responsible Care*) que está sendo desenvolvido junto aos seus filiados.

O envolvimento das Associações Nacionais na problemática ambiental é extremamente importante e positivo no sentido de criar mecanismos para auxiliar as organizações que estão interessadas em equacionar seus problemas ecológicos. Isso se concretiza não só porque passa a existir uma constante troca de experiências entre as empresas associadas, mas também porque cada uma das empresas se conscientiza em assumir compromissos efetivos com as demais, resultando num comprometimento

formal de todo o setor, que passa a ser monitorado pela respectiva Associação.

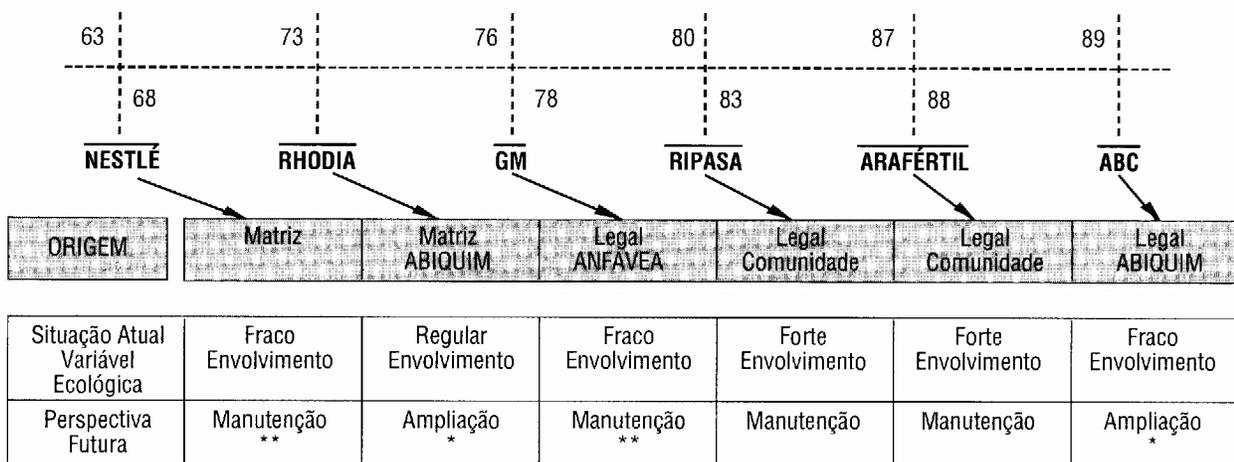
Essa troca de experiência ao nível das Associações é fundamental para evitar a repetição de erros cometidos por outras organizações, para acompanhamento da atualização tecnológica ao nível de sua especialidade e pode se transformar no primeiro passo no sentido da criação de uma bolsa de resíduos, ou de troca de informações sobre reciclagem e reaproveitamento de resíduos.

Situação atual

Como resultado dos casos observados, verifica-se que a situação atual da interiorização da variável ecológica em nossas empresas industriais é fruto, em um primeiro momento, de influências externas, provenientes da legislação ambiental e das pressões exercidas pela comunidade nacional e internacional, que resultam, num segundo momento, em repercussões ao nível interno das organizações.

Aquelas organizações que, entre as estudadas, tiveram problemas ambientais relevantes junto à comunidade onde se localizam, como ocorreu com a Arafertil e a Ripasa, e que resultaram em confrontos desgastantes, com possibilidades de intervenções e até de fechamento, ameaçando a sobrevivência da empresa, são aquelas nas quais as atividades/responsabilidades da área de meio ambiente apresentam um

QUADRO 4: Situação da Atividade/Função Ambiental nas Empresas Pesquisadas



* Tendência de que haja uma intensificação do envolvimento para as empresas químicas e petroquímicas (Rhodia e ABC)
 ** Tendência a permanecer na situação atual, a não ser que haja uma ampliação e potencialização de sua atuação dentro da empresa (GM e Nestlé)

maior nível de autoridade, possuindo, inclusive, como no caso da Ripasa, autoridade funcional até para interromper o processo produtivo, na eventualidade de um incidente ambiental crítico. Quando isso não ocorre, o prestígio da área de meio ambiente dentro da organização não tem o mesmo brilho e intensidade.

No caso da Rhodia e da ABC, respectivamente pertencentes à área química e petroquímica, como bem colocou o vice-presidente da Dow Química, Sr. John Barksdale, embora atuando em áreas onde o envolvimento com a problemática ambiental é intenso, elas ainda, em nosso país, não estão sujeitas às mesmas pressões e exigências que ocorreram em outros países, notadamente na Europa Ocidental. Assim que isto ocorrer, haverá um fortalecimento maior da área de meio ambiente nessas organizações, cujas atividades hoje se desenvolvem sob a forma de assessoria, de aconselhamento ou de consulta compulsória ou concorrente, com responsabilidades que incluem outras tarefas além das relativas à variável ecológica.

É claro que, no caso da Rhodia, a situação da área ambiental, embora de *staff*, apresenta uma outra realidade, pois já está consolidada e amadurecida dentro da organização, atuando de forma sincronizada junto das fábricas, pois, devido ao tempo em que ela se incluí como atividade administrativa, já ganhou credibilidade, aceitação e reconhecimento, o que está ainda sendo buscado por essa área dentro da ABC, em função de seu noviciado como atividade administrativa.

Nas demais empresas estudadas, General Motors e Nestlé, em virtude de apresentarem, em relação às demais, um potencial poluidor mais reduzido e, portanto, com baixo nível de visibilidade junto à comunidade em que se localizam, a tendência é a área de meio ambiente apresentar nível de autoridade funcional reduzido, dividindo suas atividades com outras tarefas. Essa situação só se modificará caso a área de meio ambiente ampliar seu nível de ligação com as demais unidades administrativas, potencializando sua atuação e tornando-se assim importante fator dentro da estratégia e da política organizacional.

Essa situação a respeito da atividade de/função ambiental pode ser visualizada no quadro 4.

CONCLUSÃO

Nas conversas mantidas junto aos responsáveis pela atividade de meio ambiente, fica evidente a perspectiva de que a preocupação com a variável ambiental, por parte das organizações, é irreversível, não é um modismo de momento, uma coqueluche de primeiro mundo, mas uma preocupação que deve crescer, em nosso país, concomitantemente com o atendimento de outras necessidades importantes, o que exigirá de nossas empresas um posicionamento cada vez mais responsável, ético e especializado.

Esta temática, obrigatória nas indústrias com alto potencial de efluentes poluidores, tem atraído mesmo aquelas organizações que nada têm a ver com a poluição, mercê de seu alto poder de apelo, aglutinação e de acatamento popular. Tais organizações acabam utilizando a questão ecológica em sua propaganda, em promoções, em patrocínios etc., reforçando mercadologicamente sua imagem de empresa preocupada com sua responsabilidade social (?).

Essa tendência crescente, que será uma constante no seio das organizações que apresentam problemas de efluentes, que exigirá uma atividade administrativa especializada e específica dentro da estrutura organizacional e que deverá se posicionar junto aos níveis hierárquicos superiores, mantendo estreita ligação com a Alta Administração, pode ocorrer de forma mais rápida ou mais lenta em cada uma das empresas.

A rapidez ou lentidão da incorporação dessa atividade e sua consolidação, que pode ter tido seu nascedouro por exigência legal, por pressões da comunidade ou por iniciativa própria (esta bem mais rara), será determinada em função, principalmente, de como esta atividade é concebida dentro da organização – se apenas como uma ameaça de despesa obrigatória e constante, ou como uma oportunidade para redução de custos e de desperdício no processo produtivo, ou na busca de novos produtos e mercados. □

**No caso da Rhodia,
a situação da área ambiental,
embora de *staff*, apresenta
uma outra realidade, pois já
está consolidada e
amadurecida dentro da
organização.**

DECLARAÇÃO CONJUNTA DAS CIDADES E AUTORIDADES LOCAIS *

1 a 2 de junho de 1992

Nós, os líderes de governos locais e autoridades de cidades e áreas metropolitanas do mundo, assumimos os seguintes compromissos:

COMPROMISSOS

1. Como primeiro passo trabalhar para estender os serviços básicos para todos os cidadãos sem aumentar a degradação ambiental.
2. Aumentar progressivamente a eficiência energética.
3. Reduzir progressivamente todas as formas de poluição.
4. Desperdiçar o mínimo e economizar o máximo.
5. Combater a desigualdade social, a discriminação e a pobreza.
6. Priorizar as necessidades da criança e o respeito aos seus direitos.
7. Integrar o planejamento ambiental e o desenvolvimento econômico.
8. Aumentar o envolvimento de todos os setores da comunidade, no gerenciamento ambiental.
9. Mobilizar recursos para ampliar a cooperação entre autoridades locais.

PLANOS DE AÇÃO

Para cumprir os compromissos assumidos em relação ao desenvolvimento sustentado das cidades, fica estabelecido que cada autoridade local deverá preparar um plano de ação, uma Agenda Local 21 – que inclua metas e cronogramas, e incorpore medidas, como as seguintes:

- estabelecer processos de consulta à comunidade que reúnam representantes de organizações comunitárias, industriais e comerciais, associações profissionais e sindicatos, instituições educacionais e culturais, os meios de comunicação e o governo para criar parcerias para o desenvolvimento sustentado;
- instalar, dentro do governo municipal, um comitê interdisciplinar para coordenar o planejamento, as políticas e as atividades promotoras do desenvolvimento, para que essas atividades resultem em uso do solo, transportes, energia, construções, manejo de resíduos e gerenciamento hídrico saudáveis;
- realizar, regularmente, auditorias ambientais, envolvendo todos os setores da comunidade e desenvolver um banco de dados sobre as condições ambientais locais;
- rever e aperfeiçoar a cobrança de todas as taxas, multas e impostos municipais existentes, para:
 - a. apoiar comportamentos ambientalmente corretos e desencorajar os que não o são;
 - b. cobrar todos os custos ambientais de atividades especiais;
 - c. aumentar os recursos disponíveis para investimento em projetos locais de desenvolvimento sustentado;
- desenvolver processos de aquisição que resultem na compra de materiais e produtos que não agridam o meio ambiente;

- estabelecer um *curriculum* sobre desenvolvimento sustentado a ser introduzido em escolas e outras instituições sob jurisdição municipal;
- criar um Fórum para educação futura de líderes municipais e comunitários sobre as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável;
- aderir e participar de redes regionais e internacionais de autoridades locais, para aumentar o intercâmbio de informações e assistência técnica entre municípios. E, pressionar seus governos nacionais no sentido de que apoiem e financiem suas metas ambientais e de desenvolvimento.

Autoridades locais e metropolitanas unem forças através de suas associações e redes para responder aos desafios da Agenda 21, o programa de ação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Elas prepararão seus planos de ação com objetivos e cronogramas, e apresentarão esses planos às suas respectivas associações dentro de um ano.

As associações mencionadas no preâmbulo deste documento assegurarão o acompanhamento das ações aqui propostas.

As diferentes associações internacionais representando os profeitos, líderes locais e todos os tipos de governo local em todo o mundo, tendo se reunido no decorrer do ano anterior, para examinar problemas urbanos e questões de interesse mútuo, e preocupações comuns, com vistas à preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992;

afirmam que:

- as declarações feitas pelas várias associações sobre questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento demonstram um consenso significativo no que se refere aos pré-requisitos, princípios básicos, projetos e ações necessários para a obtenção de um desenvolvimento sustentável, com respeito ao meio ambiente local, tanto nas áreas urbanas como rurais;
- estas declarações enfatizam a necessidade de que a ação local se concentre no combate à pobreza, reduzindo as desigualdades, melhorando e conservando a qualidade do meio urbano dentro e fora das cidades, estruturando e controlando o crescimento urbano, e ao mesmo tempo, promovendo e assegurando uma participação efetiva dos cidadãos por meio de uma adequada informação ao público;
- mais da metade da população mundial estará vivendo nas cidades no início do século XXI; conseqüentemente, um esforço firme da parte das cidades será essencial para solucionar os problemas de meio ambiente e desenvolvimento que constam da Agenda da UNCED, tais como a redução da quantidade de resíduos produzidos e que tem impacto sobre toda a Humanidade;
- em comunidades de qualquer tamanho, as autoridades locais e metropolitanas constituem o nível de autoridade

de mais próximo dos cidadãos. Assim sendo, elas têm responsabilidades específicas, e são parceiros indispensáveis na implementação de estratégias de desenvolvimento sustentado, seja em áreas urbanas ou rurais;

- qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável requer um aumento da autoridade local e da democracia;
- o futuro das sociedades urbanas e rurais está indissociavelmente interligado, e o equilíbrio global entre as áreas urbanas e rurais é necessário ao desenvolvimento sustentável, e necessita, por isso, ser uma preocupação central para todos os governantes;
- a contribuição das associações de cidades e autoridades locais para a formulação de políticas para um desenvolvimento sustentável deve ser reconhecida nacional e internacionalmente, tendo em vista que as questões a serem discutidas na reunião da Cúpula da Terra estão fortemente enraizadas em realidades locais;
- o objetivo do desenvolvimento urbano sustentável é o de permitir que as cidades funcionem, dentro e fora de seus limites territoriais, como grandes ecossistemas que assegurem um balanço apropriado entre o crescimento econômico e a ecologia;
- a grande diversidade de situações existentes em relação ao tamanho, ao nível de desenvolvimento, situação cultural, geográfica e ambiental que caracterizam as cidades e as populações que nelas habitam, exige a máxima flexibilidade na solução dos problemas urbanos, e em particular os problemas ambientais; no entanto, a despeito destas diversidades, as cidades compartilham os mesmos desafios e soluções, e sua ação no campo ambiental não se limita a aplicar medidas de caráter técnico, mas envolve também a formulação de políticas locais coerentes;
- o combate à pobreza, à marginalização e à deterioração das condições sociais, fatores que contribuem para pressionar o meio ambiente urbano, é essencial para a qualidade do desenvolvimento sustentável e para a melhoria das condições ambientais nas áreas urbanas;
- a participação da comunidade é essencial a qualquer política definida para a implantação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável; esta participação deve promover a educação ambiental e estimular a cooperação entre as autoridades locais e o conjunto de atores urbanos, tais como empresas, universidades, associações e agências sociais e comunitárias;
- como parte do seu processo de desenvolvimento, as autoridades locais já estão contribuindo para a proteção do meio ambiente através da implantação de políticas adequadas, e, por meio das redes atualmente existentes de intercâmbio de conhecimentos e cooperação tecnológicos, para um avanço, a nível mundial, da consciência ambiental, através da participação em vários acordos bilaterais e multilaterais entre cidades do Norte e do Sul e entre cidades do Sul.

Comprometem-se a:

- promover, através das cidades, autoridades locais e metropolitanas, a implantação das medidas necessárias para assegurar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, e para proteger os espaços naturais e o ambiente urbano. Estas medidas deverão incluir ações visando a racionalizar a utilização dos

recursos naturais e o consumo de energia, em particular através do controle da produção e o destino dos resíduos sólidos, o tratamento *in situ* de todas formas de poluição produzidas pela atividade urbana, e, de forma geral, o uso de recursos renováveis;

- implementar, juntamente com as autoridades associadas e através de programas de ação, as recomendações que serão feitas pela UNCED, de maneira a aportar um complemento essencial aos compromissos que serão assumidos pelos governos na Cúpula da Terra;
- desenvolver, juntamente com as autoridades associadas, uma cooperação descentralizada como instrumento de uma política internacional para o desenvolvimento, demonstrando assim a solidariedade existente entre as cidades e permitindo-lhes assumir seu lugar dentro da ação que terá lugar sob a égide das Nações Unidas.

Recomendam:

- que os governos nacionais reconheçam formalmente a autonomia das cidades, das coletividades locais e das áreas metropolitanas, para que elas possam adquirir poderes e obter os recursos necessários para implementar estratégias de desenvolvimento sustentável sobre seus respectivos territórios e participar de acordos de cooperação internacional;
- que seja dado apoio às redes internacionais de cooperação entre autoridades locais para fortalecer as parcerias e promover o intercâmbio de conhecimentos sobre os problemas do meio ambiente e de soluções desenvolvidas tanto nas cidades e países do Norte como do Sul;
- que seja estabelecido, junto às Nações Unidas, um mecanismo no qual as associações de cidades e autoridades locais estejam representadas, que assegure o seguimento dos princípios, projetos e ações mencionados;
- que as grandes organizações internacionais estabeleçam mecanismos de consulta aos representantes das associações de cidades e autoridades locais e que as delegações dos governos nacionais incluam representantes das autoridades locais em conferências relacionadas às questões de meio ambiente e desenvolvimento;
- que as Nações Unidas criem, seja com recursos já disponíveis ou a partir de recursos novos, um Fundo destinado a apoiar projetos inovadores ligados ao meio ambiente a nível local, e de processos de intercâmbio de informações sobre estes projetos. Este Fundo deverá ser administrado conjuntamente pelas Nações Unidas, associações de cidades, autoridades metropolitanas e locais, assim como algumas organizações não governamentais. Este Fundo poderia igualmente ser complementado com recursos locais. □

Documento elaborado sob os auspícios da União Internacional de Autoridades Locais - IULA, a Associação Mundial das Grandes Metrópoles - METROPOLIS, a Organização das Cidades Unidas - UNITED TOWNS, a Conferência de Cúpula das Grandes Cidades do Mundo - SUMMIT e de outras associações internacionais e regionais de autoridades locais, Rio de Janeiro, 1 e 2 de junho de 1992.

* A íntegra deste documento foi compilada a partir da revista *BIO* Ano IV, n. 3, jul./set. 1992, publicação trimestral da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, Rio de Janeiro, RJ.